

Relatório de Administração em 30 de junho de 2020 e 2019

Aos Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores do Bexs Banco de Câmbio S/A.
São Paulo - SP
A Diretoria do Bexs Banco de Câmbio S/A, em cumprimento às disposições legais, apresenta as Demonstrações Financeiras acompanhadas das suas respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, sendo todos referentes ao período final em 30 de junho de 2020.

Os documentos foram elaborados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e também de acordo com o modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Este documento lista os pontos principais dentro de todos os processos desenvolvidos durante este semestre pelo Bexs Banco de Câmbio S/A.

Auditoria
De acordo com a Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, informamos que durante o primeiro semestre de 2020 os Auditores Independentes prestaram, exclusivamente, serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, sem realizar quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesse e perda de independência ou de objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Sustentabilidade
O Bexs Banco de Câmbio S/A adota as melhores práticas de sustentabilidade em seus negócios. Sua política interna de responsabilidade socioambiental contempla os termos da Resolução CMN nº 4.327, de 25 de abril de 2014, e dá efeito ao modelo de controle que deve ser adotado em relação às operações, clientes, parceiros e fornecedores, possibilitando a avaliação e consequente mitigação do risco socioambiental.

A gestão Socioambiental implementada estabeleceu princípios, procedimentos e diretrizes para a exigência de que em novos contratos firmados com clientes, parceiros e fornecedores conste cláusula que trate da necessária regularidade em relação aos assuntos ligados ao meio ambiente, trabalho análogo ao escravo e trabalho infantil (fazendo-se compor das análises de *Compliance*) a fim de que sejam apurados os riscos ligados a eventuais danos socioambientais.

Por fim, vale destacar que o Bexs Banco de Câmbio S/A apoia projetos em áreas sociais, culturais, educacionais e esportivas em atividades reguladas pelos órgãos competentes.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo
O Bexs Banco de Câmbio S/A, com o compromisso constante de

prevenir e combater a lavagem de dinheiro, o financiamento ao terrorismo e a corrupção em suas operações, atividades e relacionamentos, atua continuamente para assegurar a conformidade às regulamentações editadas pelos Órgãos competentes. Reafirmamos esse compromisso, o Bexs atua ativamente no aprimoramento dos controles existentes, adotando medidas para o processo de prevenção e detecção de situações com indícios de lavagem de dinheiro. Esta estrutura prevê instrumentos de controle, análise e acompanhamento das operações realizadas com clientes e parceiros de forma individualizada. Os sistemas de controles e o monitoramento de operações permitem a identificação tempestiva de situações atípicas. A área de *Compliance* é responsável por esse acompanhamento prévio, formalizando pareceres para a Diretoria responsável pelas atribuições definidas na Circular BACEN nº 3.467, de 24 de julho de 2009, em caso de não aprovação de operações ou não recomendação de início de relacionamento. Por fim, destaca-se a preocupação em conhecer o cliente e o programa de treinamento ao quadro de funcionários quanto ao tema, o que abrange palestras, curso à distância e disponibilização de cartilhas.

Conjuntura Econômica
Resumo
O primeiro semestre de 2020 foi marcado pelo aumento da aversão ao risco e uma forte reversão na trajetória de crescimento da economia brasileira, ainda que limitada, verificada no ano de 2019. A pandemia global da COVID-19 impactou as principais economias do planeta, a começar pela China, o principal parceiro comercial do Brasil. Consequentemente, interrompeu-se o processo de consolidação fiscal pelo qual passava a economia brasileira. Durante o período de crise sanitária e econômica, a prioridade passou a ser a proteção da vida e da saúde dos cidadãos brasileiros, bem como a preservação de empregos, renda e da estabilidade das empresas. O cenário resultou em uma forte contração da economia, piora no resultado fiscal do governo e depreciação do real frente ao dólar.

Resultados
De acordo com o boletim Focus de 10 de julho de 2020, a economia brasileira recuaria -6,10% no ano de 2020. O Produto Interno Bruto (PIB) apresentou retração de 1,5% no primeiro trimestre de 2020 (comparado ao quarto trimestre de 2019), na série com ajuste sazonal. Na comparação com igual período de 2019, o PIB teve variação negativa de 0,3%. No acumulado dos primeiros três meses, terminados em março de 2020, o PIB registrou aumento de 0,9% comparado aos quatro trimestres imediatamente anteriores. A Indústria (1,4%) e os Serviços (-1,6%) apresentaram recuo, enquanto a Agropecuária (0,6%) cresceu. Como reflexo do novo cenário de maior aversão ao risco global e

da deterioração da trajetória fiscal do país, o Real se desvalorizou rapidamente face ao dólar ao longo do primeiro semestre, encerrando o dia 30 de junho de 2020 em R\$ 5,44. Vale pontuar que essa desvalorização, da ordem de 35%, ocorreu a despeito das diversas intervenções do Banco Central na tentativa de reduzir a volatilidade do Real.

A meta da taxa SELIC atingiu sua mínima histórica, 2,25% a.a., em 2019, o que terminou o ano em 2% (Boletim Focus 01/06 de preços IPCA fechou o mês de Julho acumulando 1,0% a.a.).

Efeito da crise
O governo, seguindo as práticas adotadas globalmente, lançou um conjunto de medidas emergenciais de apoio à saúde e à economia que envolvem um custo fiscal significativo. O governo vem respondendo à queda de renda e desemprego com medidas monetárias e fiscais, no primeiro momento com a redução da taxa de juros e alívios das dívidas compulsórias, além da ampliação do crédito. O governo também implantou um programa de auxílio emergencial de transferência de renda por 3 meses (com uma extensão sendo discutida) que beneficiou 64 milhões de brasileiros, muitos deles profissionais autônomos. O principal impacto econômico dessa crise para o Brasil será o crescimento da dívida pública, que deverá superar o patamar de 90% do PIB até o final do ano.

A situação fiscal delicada reduziu a atratividade do país para o fluxo de capital estrangeiro, um dos principais motivos que levaram a uma depreciação maior do câmbio. Com as dividas estrangeiras mais caras, o balanço de pagamentos encontra seu equilíbrio com superávit comercial elevado e contas de capital e correntes perto de zero.

A menor atividade econômica reduziu a pressão inflacionária que, aliada a uma inflação tendendo a 2% em 2020 (Boletim Focus), resultou em um juro real próximo a zero. Quanto à política monetária, o Banco Central tem comunicado ao mercado que há pouco espaço para mais cortes na taxa básica. Sendo assim, o novo patamar de juros deve se manter perto dos níveis atuais. É importante ressaltar a influência que o novo panorama de juros tem no mercado de capitais brasileiro. Como resultado da menor remuneração da renda fixa, já se presencia um forte fluxo financeiro para ativos de maior risco.

No acumulado do primeiro semestre a balança comercial teve saldo positivo de US\$ 23,035 bilhões, valor 10,3% menor do que o registrado no mesmo período de 2019.

Os resultados referentes à semana de 14 a 20 de junho do PNAD continuam a refletir o profundo choque da pandemia do novo coronavírus sobre a economia brasileira, mas mostram certa estabilização das condições do mercado de trabalho. De fato,

Balanco Patrimonial em 30 de Junho de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	Notas	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes a caixa	4	50.988	43.540
Instrumentos financeiros	5	150.510	114.798
Outros créditos	7	164.936	95.109
Carteira de câmbio	7	164.500	94.897
Diversos	8	436	221
Outros valores e bens		795	388
Despesas antecipadas		795	388
Não circulante		20.706	16.218
Realizável a longo prazo		15.210	10.542
Instrumentos financeiros	6	14.866	10.440
Outros créditos		160	71
Diversos		160	71
Outros valores e bens		184	31
Despesas antecipadas		184	31
Imobilizado de uso	9	7.437	7.062
Intangível	10	1.013	1.060
(Depreciações e Amortizações acumuladas)	9, 10	(2.954)	(2.446)
Total do ativo		387.935	270.052

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanco Patrimonial em 30 de Junho de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	Notas	2020	2019
Passivo			
Circulante			
Depósitos e demais	11	22.766	6.816
Instrumentos financeiros		29.230	6.590
Relações interdependências		29.230	6.590
Reserva de transito de terceiros	12	29.230	6.590
Outras obrigações		194.153	130.356
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.185	953
Carteira de câmbio	13	177.722	89.595
Fiscais e previdenciárias	14	5.915	19.834
Negociação e intermediação de valores	15	9.331	19.974
Diversos		36.747	39.191
Leis e estatutárias		1.083	1.289
Provisões	16	37.647	38.289
Não circulante	17	218	149
Exigível a longo prazo		218	149
Provisão para contingências		218	149
Patrimônio líquido	18	102.838	86.661
Capital social			
De domiciliados no país		50.000	50.000
Reservas de lucros		52.666	36.961
Reserva legal		9.537	8.727
Reservas de lucros à disposição de acionistas		43.329	27.952
Ajuste de avaliação patrimonial		(28)	(18)
Lucros ou prejuízos acumulados		-	-
Total do passivo		387.935	270.052

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Semestres Fintos em 30 de Junho de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020		2019	
	Capital social	Legal	Disponibilidades acionistas	Ajuste de avaliação patrimonial acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2018	50.000	5.550	20.497	-
Ajuste ao valor de mercado de TVM	-	-	-	-76.047
Lucro do semestre	-	-	-	25.945
Despesas	-	-	-	-
Reserva legal	-	1.298	-	-
Lucro à disposição dos acionistas	-	-	18.447	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(16.400)
Saldos em 30 de junho de 2019	50.000	6.848	38.944	-
Mutações do período	-	1.298	-	-19.745
Saldos em 31 de dezembro de 2019	50.000	8.727	27.952	(18)
Ajuste ao valor de mercado de TVM	-	-	(10)	-
Lucro do semestre	-	-	-	16.187
Despesas	-	-	-	-
Reserva legal	-	809	-	-
Lucro à disposição dos acionistas	-	-	15.378	-
Saldos em 30 de junho de 2020	50.000	9.537	43.329	(28)
Mutações do período	-	809	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	50.000	8.727	27.952	(18)
Ajuste ao valor de mercado de TVM	-	-	(10)	-
Lucro do semestre	-	-	-	16.187
Despesas	-	-	-	-
Reserva legal	-	809	-	-
Lucro à disposição dos acionistas	-	-	15.378	-
Saldos em 30 de junho de 2020	50.000	9.537	43.329	(28)
Mutações do período	-	809	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de Junho e 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
O Bexs Banco de Câmbio S/A ("Banco") é uma instituição de capital fechado e sua matriz está localizada na av. das Nações Unidas, nº 11.633, na cidade de São Paulo – SP, Brasil. O Banco tem como sua única acionista e controladora a companhia Diervy Levy Associados Holding Financeira S/A. O Banco tem por objeto social a realização de operações e serviços de câmbio, intermediação e a prática de operações sociais, culturais, educacionais e esportivas expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

2. Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando aplicável. A apresentação destas Demonstrações Financeiras está em conformidade com o plano de contas de instituições do sistema financeiro nacional – COSIF.

A Administração do Bexs Banco de Câmbio S/A aprovou as demonstrações financeiras em 23 de julho de 2020, as quais estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância tanto com as normas e resoluções estabelecidas pelo Banco Central do Brasil quanto pelo Conselho Monetário Nacional. Tais demonstrações incluem as melhores estimativas e premissas quanto à mensuração de créditos tributários diferidos e provisões para perdas e contingências, apesar das incertezas inerentes aos prazos de realização e valores. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros - (Resolução CMN nº 4007 de 25 de agosto de 2011), o semestre final em 30 de junho de 2019 está sendo representado para efeito de comparabilidade, sem alterações nos resultados dos períodos, devido às reclassificações realizadas no segundo semestre de 2019.

	Semestre final em 30 de junho de 2019		Saldo Reapre sentado 2019
	Divulgação anterior 2019	Ajustes 2019	
Outras despesas administrativas	(118.763)	113.728	(5.035)
Outras despesas operacionais	(45)	(113.772)	(113.727)
Lucro do Período	25.945	-	25.945
Resultado	0,518%	-	0,518%

3. Resumo das principais práticas contábeis
a) Auração dos resultados
As receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

b) Caixa e equivalentes a caixa
São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto. Essas aplicações, cujos vencimentos se dão em até 90 dias, têm como objetivo gerar os compromissos de curto prazo e estão reconhecidas pelos respectivos valores de aquisição, com seus rendimentos incorridos reconhecidos até a data do balanço. A composição das disponibilidades registradas em caixa e equivalentes a caixa está apresentada na Nota 4.

c) Moeda estrangeira
As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são contabilizadas pela taxa de câmbio de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações dos resultados.

d) Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros
a. Instrumentos Financeiros - Aplicações Interfinanceiras de Investimento
Estão apresentadas na data do balanço, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data de aplicação. As aplicações Interfinanceiras de Investimento são avaliadas a valor justo por meio de dados de Mercado Aberto, cujo valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.

b. Instrumentos Financeiros - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
Os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos desses instrumentos financeiros, consideradas suas características de liquidez e condições normais de negociação entre partes não relacionadas.

c. Instrumentos Financeiros - Títulos e valores mobiliários, representados essencialmente por títulos públicos, são representados pelos preços negociados e divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA.

d. Instrumentos financeiros derivativos, essencialmente representados por operações com Futuros USD, são mensurados com base nas cotações disponíveis em bolsas. Estes são contratados com valor justo e seus ajustes mantidos no ativo quando positivos, e no passivo, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações e desvalorizações em seus respectivos valores de aquisição, com seus rendimentos incorridos reconhecidos no resultado do período. Atualmente o Banco utiliza operações com dólar futuro para proteger-se das possíveis flutuações de preços.

Com base no Pronunciamento Técnico CPC46 – Valor Justo, os instrumentos financeiros, avaliados a valor justo de forma recorrente e não recorrente, são categorizados em diversos níveis de hierarquia de valor justo, a qual define:

(i) Nível 1 – instrumentos avaliados com base em preços cotados de mercados ativos; (ii) Nível 2 – instrumentos cuja avaliação considere os preços cotados do mercado aplicável para instrumentos semelhantes; e

(iii) Nível 3 – instrumentos sem preços cotados em mercado ativo ou cotações para instrumentos semelhantes, dependente de técnicas e modelos especialmente desenvolvidos.

A avaliação do valor justo dentro dos diversos níveis acima envolvem estimativas e julgamentos, podendo resultar em um valor justo diferente quando de sua efetiva liquidação.

De acordo com o estabelecido pelo Relatório BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

Títulos para negociação
São adquiridos com o propósito de serem ativamente e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda
São aqueles que não se enquadraram a categoria de títulos para negociação e nem como mantidos até o vencimento, sendo ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzido dos efeitos tributários.

Títulos mantidos até o vencimento
São aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento; são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

a) Ativo circulante e realizável a longo prazo
Direito sobre vendas a liquidar
Adiantamento em moeda nacional

	2020	2019
Disponível para venda	2.131	2.124
Vinculados à prestação de garantia	(7)	3
Total	2.124	2.127

b) Instrumentos financeiros
Valor de custo dos títulos reclassificados
Valor de mercado dos títulos reclassificados
Diferença por valor de mercado
Efeitos fiscais

	2020	2019
Disponível para venda	2.131	2.124
Vinculados à prestação de garantia	(7)	3
Total	2.124	2.127

c) Instrumentos financeiros
Valor de custo dos títulos reclassificados
Valor de mercado dos títulos reclassificados
Diferença por valor de mercado
Efeitos fiscais

	2020	2019
Disponível para venda	2.131	2.124
Vinculados à prestação de garantia	(7)	3
Total	2.124	2.127

d) Instrumentos financeiros
Valor de custo dos títulos reclassificados
Valor de mercado dos títulos reclassificados
Diferença por valor de mercado
Efeitos fiscais

	2020	2019
Disponível para venda	2.131	2.124
Vinculados à prestação de garantia	(7)	3
Total	2.124	2.127

7. Outros créditos - carteira de câmbio
Os valores de "Outros créditos - carteira de câmbio" estavam compostos da seguinte forma na data-base de 30/06/2020 e 31/12/2019:

	2020	2019
Composição	2020	2019
Câmbio vendido a liquidar	17.357	9.078
Direito sobre vendas a liquidar	150.805	86.558
Adiantamento em moeda nacional	(3.652)	(749)
Total	164.500	94.887

8. Outros créditos - diversos
Os valores de "Outros créditos - diversos" estavam compostos da seguinte forma na data-base de 30/06/2020 e 31/12/2019:

	2020	2019
Composição	2020	2019
Adiantamentos e antecipações salariais	409	6
Pagamentos a ressarcir	-	177
Devedores diversos	27	38
Subtotal Circulante	436	221
Impostos Tributários de I.R. e C.S.	23	12
Interposição de Recursos Trabalhistas	39	39
Devedores por depósitos em garantia	78	-
Subtotal Não Circulante	160	71
Total	596	292

9. Imobilizado de uso
Os valores do "Imobilizado" de uso estavam compostos da seguinte

praticadas desde o demonstrado na Nota 10.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e, também, das obrigações legais, são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2019, sendo:

Ativos contingentes
Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Provisões
São constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos quanto à natureza das ações, a similaridade com processos anteriores e o posicionamento de tribunais. São constituídas pelas provisões quando a perda for avaliada como provável, e que ocasionaria o eventual saída de recursos para a liquidação de obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Passivos contingentes
De acordo com o CPC 25, é o termo utilizado para passivos que não são reconhecidos contabilmente pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfizeram os critérios de reconhecimento pois são considerados perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas (Nota 17).

Provisões
As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

j) Passivo circulante e exigível a longo prazo
Demonstrado pelos valores das obrigações assumidas e provisionadas até a data do balanço. Com o objetivo de realizar uma melhor interpretação e conciliação com as Notas Explicativas, o Banco optou pela segregação de curto e longo prazo em seu Balanço Patrimonial, conforme Circular BACEN nº 3.959, de 04 de setembro de 2019.

k) Provisão para imposto de renda/contribuição social
O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro foram calculados com base no lucro tributável ajustado nos termos da legislação pertinente. Sendo a alíquota de IRPJ de 25% (15% mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro excedente a R\$ 240.000,00) e CSLL de 20%. A alíquota de CSLL foi majorada de 15% para 20% a partir de março de 2020, conforme Lei nº 14.013, de 12 de novembro de 2019.

Caixa e equivalentes a caixa
Os valores de "Caixa e equivalentes a caixa" estavam compostos da seguinte forma na data base de 30/06/2020 e 31/12/2019:

	2020	2019
Composição	2020	2019
Caixa	1	1
Banco Central reservas livres em espécie	105	8.346
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras	50.341	34.900
Disponibilidades em moedas estrangeiras	541	293
Subtotal disponibilidades	50.988	43.540
Aplicações Interfinanceiras de Investimento (Nota 5)	150.510	114.798
Total	201.510	158.338

5. Instrumentos Financeiros - Aplicações Interfinanceiras de liquidez
Os valores de "Aplicações interfinanceiras de liquidez" estavam compostos da seguinte forma na data base de 30/06/2020 e 31/12/2019:

	2020	2019
Composição		